

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstrações Financeiras Referente ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório da Administração	1-7
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8-9
Balanço patrimonial	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15-42

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CCR RodoAnel, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

O RodoAnel marca a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do RodoAnel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008.

Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno das rodovias sob sua administração.

A CCR RodoAnel tem como acionistas a CCR (99,0391%) e a Encalso Construções Ltda. (0,9609%)

1.3. Destaques do ano de 2016

Destaques financeiros

- Liquidação de 3ª série da 2ª debênture de R\$ 750.000.
- 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 750.000.
- Absorção de prejuízos acumulados, no importe de R\$ 864.470, em maio de 2016, mediante débito na conta da acionista majoritária CCR S.A.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança corporativa

Conselho de Administração

Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por 2 (dois) membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por 8 (oito) membros efetivos, residentes no país, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e outro Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionista para um mandato de 1 (um) ano, admitido a reeleição, devendo os mesmos permanecerem nos cargos até a posse dos novos membros eleitos.

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nossa Diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR RodoAnel no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodaneloeste.com.br/ri

2.2. Gestão de pessoas

A CCR RodoAnel acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2016, foram investidos R\$ 8 em programas de capacitação de 883 pessoas.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1. Mercado

A CCR RodoAnel é a empresa responsável pela administração dos 32 quilômetros do trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, no Estado de São Paulo, importante via que integra as Rodovias Raposo Tavares, Castello Branco, Anhanguera, Bandeirantes e Régis Bittencourt, por onde passam aproximadamente 240 mil veículos por dia, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas.

3.2. Desempenho

Em R\$ mil	2016	2015	Var. %
Receita líquida	244.873	223.762	9,43%
Receita de pedágio	246.181	236.653	4,03%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	18.491	5.404	242,17%
Outras receitas	1.677	2.389	-29,80%
(-) Deduções da receita bruta	21.476	20.684	3,83%
(-) Custos e despesas (a)	181.298	171.377	5,79%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	18.491	5.404	242,17%
Demais custos e despesas	162.807	165.973	-1,91%
(-) Resultado financeiro líquido	292.206	326.885	-10,61%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-77.552	-93.313	-0,2 p.p.
Prejuízo líquido	-151.079	-181.187	-16,62%
(+) Resultado financeiro	292.206	326.885	-10,61%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-77.552	-93.313	-16,89%
EBIT (b)	63.575	52.385	21,36%
Margem EBIT	25,96%	23,41%	2,6 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	28,08%	23,99%	4,1 p.p.
(+) Depreciação/amortização	22.464	20.585	9,13%
EBITDA (b)	86.039	72.970	17,91%
Margem EBITDA	35,14%	32,61%	2,5 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	10.644	2.843	274,39%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	73.578	73.578	0,0 p.p.
EBITDA ajustado	170.261	149.391	13,97%
Margem EBITDA ajustada (f)	75,21%	68,42%	6,8 p.p.
Dívida bruta (g)	1.895.388	1.905.529	-0,53%
Investimentos	22.537	8.748	157,62%
Veículos equivalentes (em milhares)	133.928	139.041	-3,68%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item “k”) e 18 - Provisão de manutenção.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 9 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão.

- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (g) Dívida Bruta: somatória das debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

3.2.2. Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2016 totalizou R\$ 246.181 (+4,03% sobre 2015) e representou 99% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 5,6%, já que o tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, teve decréscimo de 3,7% em relação a 2015.

3.2.3. Custos e despesas

Os custos totais apresentaram um acréscimo de 5,79% em relação a 2015, perfazendo R\$ 181.298 no ano de 2016. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- (a) Os custos de construção atingiram R\$ 18.491. Os valores de investimentos da CCR RodoAnel acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste ano o principal investimento realizado foi: Reabilitação de Pavimento na Pista Interna e Externa.
- (b) A provisão de manutenção atingiu R\$ 10.644 em 2016. Durante o exercício de 2016, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- (c) As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 22.464 no ano de 2016. O crescimento de 9,13% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos.
- (d) O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 77.303.
- (e) Os custos e despesas de serviços totalizaram R\$ 18.699, no ano de 2016, uma diminuição de 40%. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: conservação do pavimento, estabilização de terraços, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros.
- (f) Os custos e despesas com pessoal atingiu R\$ 22.858 no ano de 2016, registrando aumento de 7,26%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio ocorrido em 2016.
- (g) Os outros custos e despesas (serviços públicos, aluguéis, marketing, viagens e outros) apresentaram uma redução de 25% e atingiram R\$ 5.691 no ano de 2016.

3.2.4. Resultado financeiro

No ano de 2016, o resultado financeiro líquido foi de R\$ 292.206 negativos, comparado a um resultado de R\$ 326.885 negativos em 2015. O principal movimento acontecido em 2016 foi a

absorção do prejuízo (Em 25 de maio de 2016 foi aprovado pelos acionistas o aditamento aos contratos de mútuo celebrados pela acionista CCR, para que o saldo devido atualizado seja destinado ao patrimônio líquido da Companhia à conta de prejuízos acumulados, através de absorção de prejuízo acumulados no montante de R\$ 864.470 na data base de 30 de abril de 2016, mediante débito, à conta de partes relacionadas com a acionista CCR).

3.2.5. Prejuízo do Exercício

Em 2016, o prejuízo líquido atingiu R\$ 151.079, apresentando uma diminuição de 16,6% em relação a 2015.

3.2.6. Dívida

Apesar do aumento do CDI, em 2016 a dívida bruta com debêntures alcançou R\$ 1.895.388, ante R\$ 1.905.529 em 2015.

3.2.7. Investimentos

No acumulado do ano de 2016, os investimentos somaram R\$ 22.537. Os investimentos, principalmente àqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de vida e segurança da população litorânea e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2016, destaca-se a Reabilitação de Pavimento na Pista Interna e Externa e Intervenções ao longo da Rodovia, visando a segurança e a melhoria da fluidez na rodovia.

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da companhia.

Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus *stakeholders*.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa,

voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carbon Disclosure Project (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2016, além das três campanhas realizadas pelo Grupo, onde foram distribuídos mais de 300 mil folhetos para conscientização dos usuários sobre o canal de denúncia, “disque 100”, o Grupo avançou na capacitação de pontos focais e multiplicadores internos da causa.

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), que visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes aspectos:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.2. Desempenho Social

4.2.2. Capital Social e de Relacionamento – Stakeholders

A CCR RodoAnel desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Os projetos que mais se destacaram em 2016, foram: BuZum! - Teatro itinerante. A CCR RodoAnel contribuiu socialmente através da campanha de agasalhos que foram doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo da rodovia administrada pela CCR RodoAnel.

4.2.3. Capital Humano e Intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. No ano de 2016, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores do Atendimento sobre as metas pactuadas para o ano e resultado anterior), Reciclagem de rotinas administrativas para líderes e setores administrativos, Programa Aprimorando – Liderança Educadora e Programa de Integridade e Conformidade.

4.3. Desempenho Ambiental

4.3.2. Capital Natural

A CCR RodoAnel possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em

abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis. No ano de 2016 a CCR RodoAnel manteve as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

4.3.3. Capital Manufaturado

No RodoAnel Oeste, através do equipamento cepilhamento que se trata de uma espécie de lixamento do pavimento, conseguiu-se reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção.

4.3.4. Prêmios e Reconhecimentos

- Prêmio ARTESP - Categoria Prestação de Serviços - CCR RodoAnel é eleita melhor Concessionária

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR RodoAnel.

5.2. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

5.3 Cláusula Compromissória

O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Barueri, 16 de fevereiro de 2017.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 1, que menciona a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 que pleiteia a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, objeto operacional da Companhia. A ação foi julgada procedente em primeira instância e posteriormente suspensa com liminar até o trânsito em julgado para conclusão da referida ação. Visando anular o processo desde a citação inicial a ação se encontra em fase de recurso a fim de que o autor emende a petição inicial, o qual aguarda processamento desse recurso de agravo. Os assessores jurídicos da Companhia estimam que um desfecho favorável da causa à Companhia é possível. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n° 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos

Contador

CRC n°1 SP 219663/O-7

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		<u>2016</u>	<u>2015</u>			<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo	Nota			Passivo	Nota		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.434	23.538	Debêntures	14	877.688	796.043
Contas a receber	7	14.811	1.251	Fornecedores		6.961	6.223
Contas a receber - partes relacionadas	8	13	14.587	Impostos e contribuições a recolher		2.438	2.325
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578	Obrigações sociais e trabalhistas		2.727	2.677
Impostos a recuperar		935	860	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	160	136
Despesas antecipadas		1.321	1.037	Obrigações com o poder concedente		327	322
Outros créditos		<u>82</u>	<u>63</u>	Provisão de manutenção	16	-	2.928
Total do ativo circulante		<u>116.174</u>	<u>114.914</u>	Outras contas a pagar		<u>89</u>	<u>82</u>
Não circulante				Total do passivo circulante		<u>890.390</u>	<u>810.736</u>
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais		147	133	Debêntures	14	1.017.700	1.109.486
Impostos a recuperar		15	15	Impostos e contribuições a recolher		6.751	74.374
Ativo fiscal diferido	10b	310.346	232.794	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	138	669
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.502.217	1.575.795	Provisão de manutenção	16	1.790	2.187
Outros créditos		124	123	Mútuos - partes relacionadas	8	<u>82.792</u>	<u>830.177</u>
Mútuos - partes relacionadas	8	<u>330.973</u>	<u>331.355</u>	Total do passivo não circulante		<u>1.109.171</u>	<u>2.016.893</u>
		2.143.822	2.140.215	Passivo a descoberto			
Imobilizado	11	27.695	31.219	Capital social	17	1.040.700	917.700
Intangível	12	341.540	328.404	Prejuízos acumulados		<u>(398.719)</u>	<u>(1.112.110)</u>
Diferido	13	<u>12.311</u>	<u>18.467</u>	Patrimônio líquido negativo		<u>641.981</u>	<u>(194.410)</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.525.368</u>	<u>2.518.305</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>2.641.542</u>	<u>2.633.219</u>
Total do ativo		<u>2.641.542</u>	<u>2.633.219</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	18	244.873	223.762
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(18.491)	(5.404)
Provisão de manutenção	16	(10.644)	(2.843)
Depreciação e amortização		(20.687)	(18.743)
Custo da outorga		(77.303)	(77.168)
Serviços		(15.122)	(27.419)
Custo com pessoal		(21.812)	(20.121)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.213)	(4.222)
Outros		(3.589)	(4.447)
		<u>(171.861)</u>	<u>(160.367)</u>
Lucro bruto		73.012	63.395
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(1.046)	(1.190)
Serviços		(3.577)	(3.875)
Materiais, equipamentos e veículos		(935)	(994)
Depreciação e amortização		(1.777)	(1.842)
Outros		(2.550)	(3.258)
		<u>(9.885)</u>	<u>(11.159)</u>
Outras receitas operacionais		716	153
Outras despesas operacionais		<u>(268)</u>	<u>(4)</u>
		448	149
Resultado antes do resultado financeiro		63.575	52.385
Resultado financeiro	19	<u>(292.206)</u>	<u>(326.885)</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(228.631)	(274.500)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10a	<u>77.552</u>	<u>93.313</u>
Prejuízo do exercício		<u>(151.079)</u>	<u>(181.187)</u>
Prejuízo por ação ordinária - R\$		0,1560	0,2088
Prejuízo por ação preferencial - R\$		0,1560	0,2088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(151.079)	(181.187)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(151.079)</u>	<u>(181.187)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015		835.700	(930.923)	(95.223)
Aumento de capital		82.000	-	82.000
Prejuízo do exercício		-	(181.187)	(181.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		917.700	(1.112.110)	(194.410)
Aumento de capital	17	123.000	-	123.000
Prejuízo do exercício		-	(151.079)	(151.079)
Absorção de Prejuízo	17	-	864.470	864.470
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>1.040.700</u>	<u>(398.719)</u>	<u>641.981</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(151.079)	(181.187)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(77.552)	(93.313)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	73.578	73.578
Depreciação e amortização	22.464	20.585
Baixa de ativo imobilizado	267	4
Capitalização de custo de empréstimos	(3.650)	(4.144)
Juros sobre debêntures	293.158	264.989
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	187	1.310
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(29)	(96)
Constituição e reversão de provisão de manutenção	10.644	2.843
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	609	603
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	3.379	67.659
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(13.531)	13
Contas a receber - partes relacionadas	14.574	(1.977)
Impostos a recuperar	(75)	-
Despesas antecipadas e outras	(318)	51
(Aumento) redução dos passivos		
Fornecedores	738	(3.292)
Fornecedores - partes relacionadas	(7.395)	27
Obrigações sociais e trabalhistas	50	105
Impostos, contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social	7.532	363
Obrigações com o poder concedente	5	38
Pagamentos de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(718)	(1.215)
Realização da provisão de manutenção	(14.578)	(3.128)
Outras contas a pagar	7	(581)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	158.267	143.235
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.046)	(3.343)
Aquisição de ativo intangível	(18.491)	(5.405)
Mútuos com partes relacionadas - recebimento	46.465	42.739
Caixa proveniente das atividades de investimento	23.928	33.991
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures:		
Captações	734.914	548.647
Pagamentos de principal	(750.000)	(550.000)
Pagamentos de juros	(288.213)	(254.378)
Integralização de capital	123.000	82.000
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(180.299)	(173.731)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.896	3.495
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	23.538	20.043
No final do exercício	25.434	23.538
	1.896	3.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 – 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende:

- a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados;
- b) Apoio na execução dos serviços não delegados;
- c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº. 001/ARTESP/2008.

A Concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Ampliações e melhoramentos

- Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de seis passarelas para pedestres;
- Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco;
- Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia;
- Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia;
- Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego;
- Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável;
- Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e
- Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem.

Bens reversíveis

No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A concessionária terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras informações relevantes

i. Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalso Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalso interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012 foram interpostos recursos excepcionais ao STJ e STF, os quais tiveram o seguimento negado. Contra estas decisões foram apresentados Agravos em janeiro de 2015. Neste momento, aguarda-se o julgamento destes Agravos Denegatórios de Seguimento de Recursos Especial e Extraordinário.

ii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026963-78.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. No caso do Rodoanel, o índice não contratual foi superior ao contratual. Todavia, pela irregularidade, a Companhia requereu o índice correto. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pelo RodoAnel, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo.

Após julgamento dos embargos de declaração, a ARTESP e o Estado de São Paulo interpuseram recursos de Apelação. O julgamento dos recursos de Apelação do Estado de SP/ARTESP ocorreu em 26 de janeiro de 2016, tendo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negado provimento aos recursos. Em julho de 2016, foram inadmitidos os recursos interpostos pelo estado de São Paulo e pela ARTESP aos Tribunais Superiores. Em 1º de agosto de 2016 o Estado de São Paulo e a Artesp interpuseram Agravos em Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

Os efeitos da sentença estão suspensos devido a suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP em 13 de agosto de 2014.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) *Reconhecimento de receitas*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a curva de benefício econômico.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “q”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo pode ser determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e sua elasticidade, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflite as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 22) com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão da Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

r) *Gastos pré-operacionais*

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

s) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b) 1º janeiro de 2019

- a) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e
- b) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

t) *Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.*

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeira.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- | | |
|-----|---|
| 2 | Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1) |
| 7 | Provisão para crédito de liquidação duvidosa |
| 10b | Impostos diferidos |
| 11 | Depreciação do ativo imobilizado |
| 12 | Amortização dos ativos intangíveis |
| 15 | Provisão para riscos |

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16	Provisão de manutenção
20	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber e junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 14.

As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela variação do IPCA.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>
Debêntures (a)	<u>882.958</u>	<u>1.025.000</u>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 774.216, substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	1.068	847
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>24.366</u>	<u>22.691</u>
	<u>25.434</u>	<u>23.538</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pedágio eletrônico (a)	14.769	1.233
Outros	<u>63</u>	<u>68</u>
	<u>14.832</u>	<u>1.301</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	<u>(21)</u>	<u>(50)</u>
	<u>14.811</u>	<u>1.251</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos a vencer	14.800	1.247
Créditos vencidos até 60 dias	11	4
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	6
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>21</u>	<u>44</u>
	<u>14.832</u>	<u>1.301</u>

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, conseqüentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas;

(b) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chaves da administração e outras partes relacionadas.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações				Saldo			
	Serviços prestados	Receitas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Ativo		Passivo	
					Contas a receber	Mútuos	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladora								
CCR S.A. (a) (b)	220	-	-	37.920	-	-	-	17
Outras partes relacionadas								
AutoBAn (c)	-	-	38.360	-	-	275.506	-	-
NovaDutra (c)	-	-	2.077	-	-	14.921	-	-
ViaOeste (c) (d)	-	29	5.646	-	13	40.546	-	37
Encalco Construções Ltda. (e)	-	-	-	11.542	-	-	82.792	-
CPC (f)	1.137	-	-	-	-	-	-	89
Samm (d)	-	-	-	-	-	-	-	17
Total circulante, 31 de dezembro de 2016					13	-	-	160
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016					-	330.973	82.792	-
Total, 31 de dezembro de 2016	1.357	29	46.083	49.462	13	330.973	82.792	160
Total, 31 de dezembro de 2015	1.450	115	43.568	111.227	14.587	331.355	830.177	136

Na AGO realizada em 14 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual não inclui os encargos sociais.

- Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 105% do CDI com a controladora CCR, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024. Em 25 de maio de 2016, o saldo do mútuo do RodoAnel Oeste com a CCR foi inteiramente destinado a absorção de prejuízos da concessionária;
- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão recebidos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando ocorrerá o recebimento do principal;
- Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 105% do CDI com a empresa Encalco. Com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024;
- Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	<u>73.578</u>	<u>73.578</u>
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	<u>1.502.217</u>	<u>1.575.795</u>

Durante os meses de maio de 2008 a maio de 2010 foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga. Esses valores foram registrados no ativo e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo da concessão.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(228.631)	(274.500)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	77.735	93.330
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(67)	(45)
Despesas indedutíveis	(109)	16
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	12
Outros ajustes tributários	(7)	-
	<u>(183)</u>	<u>(17)</u>
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	<u>77.552</u>	<u>93.313</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	334.832	251.127
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	7.657	8.781
Provisão para participação nos resultados (PLR)	204	208
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	260
Provisão para riscos trabalhistas	47	227
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro	96	97
Receita financeira a apropriar	576	864
	<u>343.436</u>	<u>261.564</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(33.007)	(28.687)
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(83)	(83)
	<u>(33.090)</u>	<u>(28.770)</u>
Ativo diferido líquido	<u>310.346</u>	<u>232.794</u>

- (a) A Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a partir do exercício de 2021.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, as estimativas estão

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a estas previsões.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações de estrutura de capital.

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da Lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.350	-	(3)	6	1.353
Máquinas e equipamentos	21.755	-	(74)	1.222	22.903
Veículos	2.931	-	(494)	1	2.438
Equipamentos operacionais	29.313	-	(14)	3.362	32.661
Imobilizado em andamento	3.102	4.347	-	(4.851)	2.598
	<u>58.451</u>	<u>4.347</u>	<u>(585)</u>	<u>(260)</u>	<u>61.953</u>

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.216	-	(3)	137	1.350
Máquinas e equipamentos	21.898	-	(1)	(142)	21.755
Veículos	2.446	-	(123)	608	2.931
Equipamentos operacionais	24.358	-	(34)	4.989	29.313
Imobilizado em andamento	4.979	3.782	-	(5.659)	3.102
	<u>54.897</u>	<u>3.782</u>	<u>(161)</u>	<u>(67)</u>	<u>58.451</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 301 em 2016 (R\$ 439 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 15,38% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de e debêntures) e 13,78% a.a. em 2015.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(531)	(132)	1	-	(662)
Máquinas e equipamentos	13	(8.847)	(2.379)	34	8	(11.184)
Veículos	22	(1.109)	(633)	271	-	(1.471)
Equipamentos operacionais	13	(16.745)	(4.202)	12	(6)	(20.941)
		<u>(27.232)</u>	<u>(7.346)</u>	<u>318</u>	<u>2</u>	<u>(34.258)</u>

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(398)	(136)	2	1	(531)
Máquinas e equipamentos	11	(6.606)	(2.452)	1	210	(8.847)
Veículos	24	(537)	(695)	123	-	(1.109)
Equipamentos operacionais	15	(13.210)	(3.349)	31	(217)	(16.745)
		<u>(20.751)</u>	<u>(6.632)</u>	<u>157</u>	<u>(6)</u>	<u>(27.232)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos intangíveis

Movimentação do custo

	2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências	
			(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	360.033	21.840	-	381.873
Direitos de uso de sistemas informatizados	882	-	258	1.140
	<u>360.915</u>	<u>21.840</u>	<u>258</u>	<u>383.013</u>

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências	
			(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	351.005	9.110	(82)	360.033
Direitos de uso de sistemas informatizados	733	-	149	882
	<u>351.738</u>	<u>9.110</u>	<u>67</u>	<u>360.915</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.349, em 2016 (R\$ 3.705 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 15,38% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 13,78 % a.a. em 2015.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2015		2016	
		Saldo Inicial	Adições	Saldo final	
		Direitos de exploração da infraestrutura (*)	(31.911)	(8.812)	(40.723)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(600)	(150)	(750)	
		<u>(32.511)</u>	<u>(8.962)</u>	<u>(41.473)</u>	

	Taxa média anual de amortização %	2014		2015	
		Saldo Inicial	Adições	Transfêrências (a)	Saldo final
		Direitos de exploração da infraestrutura (*)	(24.253)	(7.664)	6
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(467)	(133)	-	(600)
		<u>(24.720)</u>	<u>(7.797)</u>	<u>6</u>	<u>(32.511)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico (curva de tráfego).

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

13. Diferido

	Taxa média anual de amortização %	2016			2015		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
		Juros sobre notas promissórias	10	40.591	(32.475)	8.116	40.591
Custos e despesas com pessoal	10	1.802	(1.441)	361	1.802	(1.261)	541
Serviços de terceiros	10	9.766	(7.815)	1.951	9.766	(6.838)	2.928
Materiais e manutenção de equipamentos e veículos	10	1.017	(813)	204	1.017	(711)	306
Gastos gerais	10	1.267	(1.013)	254	1.267	(886)	381
Despesas financeiras	10	6.241	(4.993)	1.248	6.241	(4.369)	1.872
Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas	10	9.347	(7.478)	1.869	9.347	(6.543)	2.804
Receitas financeiras	10	(8.474)	6.782	(1.692)	(8.474)	5.934	(2.540)
		<u>61.557</u>	<u>(49.246)</u>	<u>12.311</u>	<u>61.557</u>	<u>(43.090)</u>	<u>18.467</u>

Movimentação da amortização

	2014		2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Adições	Saldo final	
Juros sobre notas promissórias	(24.357)	(4.059)	(28.416)	(4.059)	(32.475)	
Custos e despesas com pessoal	(1.081)	(180)	(1.261)	(180)	(1.441)	
Serviços de terceiros	(5.861)	(977)	(6.838)	(977)	(7.815)	
Materiais e manutenção de equipamentos e veículos	(609)	(102)	(711)	(102)	(813)	
Gastos gerais	(759)	(127)	(886)	(127)	(1.013)	
Despesas financeiras	(3.745)	(624)	(4.369)	(624)	(4.993)	
Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas	(5.608)	(935)	(6.543)	(935)	(7.478)	
Receitas financeiras	5.086	848	5.934	848	6.782	
	<u>(36.934)</u>	<u>(6.156)</u>	<u>(43.090)</u>	<u>(6.156)</u>	<u>(49.246)</u>	

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento final	2016	2015
1. 2ª Emissão - Série 3	112,00% do CDI	0,1146% (a)	-	-	Maior de 2016	-	767.034 (b)
2. 3ª Emissão - Série única	108,67% do CDI	0,0422% (a)	688	79	Abril de 2017	576.384	576.870 (b)
3. 4ª Emissão - Série única	108,00% do CDI	0,01003% (a)	1.353	496	Maior de 2018	561.471	561.626 (b)
4. 5ª Emissão - Série única	100% CDI + 3,80 A.A.	4,5199% (a)	15.086	11.995	Maior de 2019	757.533	- (b)
Total geral				<u>12.570</u>		<u>1.895.388</u>	<u>1.905.530</u>
Circulante							
Debêntures						882.958	797.188
Custos de transação						<u>(5.270)</u>	<u>(1.145)</u>
						<u>877.688</u>	<u>796.043</u>
Não circulante							
Debêntures						1.025.000	1.110.000
Custos de transação						<u>(7.300)</u>	<u>(514)</u>
						<u>1.017.700</u>	<u>1.109.486</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantia

- (b) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2016</u>
2018	275.000
2019	<u>750.000</u>
Total	<u>1.025.000</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, com valor nominal total de R\$ 500.000, e remuneração de 109,20% do CDI, e as da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 550.000, e remuneração de 111,00% do CDI foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante.

As debêntures da 3ª série, com remuneração de 112,00% do CDI, valor nominal total de R\$ 750.000 foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries foram garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações à época da emissão, sendo CCR (95%) e Encalso (5%).

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a atualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

Em 02 de maio de 2014, foi liquidada a 1ª série da 2ª emissão de debêntures, em 05 de maio de 2015 ocorreu o pagamento da 2ª série da 2ª emissão das debêntures, e em 5 de maio de 2016 foi liquidada a 3ª série da 2ª emissão.

2. Em 15 de abril de 2014, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, com esforços restritos, num total de 56.000 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal total de R\$ 560.000, as quais têm remuneração de 108,67% do CDI.

Os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro e o valor nominal das debêntures será pago integralmente em 15 de abril de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, inclusive a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
 - O índice Dívida Líquida/EBITDA, obtido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR, seja superior a 4 por dois trimestres consecutivos.
3. Em 04 de maio de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 550.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e tendo a CCR como fiadora.

A amortização será no vencimento, em 04 de maio de 2018, e os juros serão pagos semestralmente a partir de 04 de novembro de 2015, com remuneração de 108% do CDI, havendo possibilidade de resgate total a qualquer momento, sem qualquer prêmio ou remuneração adicional.

As principais cláusulas restritivas são:

- Não observância por dois trimestres consecutivos do índice Dívida Líquida/EBITDA menor que 4.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Pagamento de dividendos pela controlada e/ou pelas suas acionistas, caso estas estejam inadimplentes com suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura de emissão, exceto o dividendo mínimo obrigatório.
 - Qualquer alteração na composição societária da controlada que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação dos debenturistas.
4. Em 05 de maio de 2016, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 750.000, em série única, remunerado pelo CDI + 3,80% a.a. e com pagamento de juros semestrais a partir de 04 de novembro de 2016. A amortização será paga integralmente em uma única parcela na data do vencimento, em 04 de maio de 2019.

Não há *covenants* financeiros nessa emissão, porém há cláusulas de vencimento antecipado definidas na escritura de emissão.

15. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015		2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Trabalhistas e previdenciárias	669	61	(98)	(558)	64	138
	2014		2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Movimento em 2015	574	117	(44)	(45)	67	669

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera trabalhista e previdenciária no montante de R\$ 78 e R\$ 82, respectivamente.

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2016	2015
Cíveis e administrativos	92	66
Trabalhistas e previdenciários	40	347
	<u>132</u>	<u>413</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão de manutenção

	2015		2016			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	2.928	10.632	305	(14.578)	713	-
Não circulante	2.187	12	304	-	(713)	1.790
	<u>5.115</u>	<u>10.644</u>	<u>609</u>	<u>(14.578)</u>	<u>-</u>	<u>1.790</u>

	2014		2015			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	255	2.843	344	(3.128)	2.614	2.928
Não circulante	4.542	-	259	-	(2.614)	2.187
	<u>4.797</u>	<u>2.843</u>	<u>603</u>	<u>(3.128)</u>	<u>-</u>	<u>5.115</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio líquido negativo

a) Capital social

Em 04 de maio de 2016 foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$ 62.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, subscritas e integralizadas pela acionista CCR S.A. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 979.700 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 489.850 de ações ordinárias e 489.850 de ações preferenciais.

Em 03 de novembro de 2016 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$ 61.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, subscritas e integralizadas pela acionista CCR S.A. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 1.040.700 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 520.350 de ações ordinárias e 520.350 de ações preferenciais. Em consequência a composição acionária ficou:

	2016		2015	
	%	Ações	%	Ações
CCR S.A.	99,0391%	1.030.700	98,9103%	907.700
Encalso Construções Ltda.	0,9609%	10.000	1,0897%	10.000
	<u>100%</u>	<u>1.040.700</u>	<u>100%</u>	<u>917.700</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Absorção de prejuízos acumulados

Em 25 de maio de 2016, o Conselho da Administração da acionista CCR S.A. deliberou pela absorção de prejuízos da Companhia no montante de R\$ 864.470, com mútuos em aberto.

18. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de pedágio	246.181	236.653
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	18.491	5.404
Receitas acessórias	1.677	2.274
Receitas administrativas	-	115
Receita bruta	<u>266.349</u>	<u>244.446</u>
Impostos sobre receitas	<u>(21.476)</u>	<u>(20.684)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(21.476)</u>	<u>(20.684)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>244.873</u></u>	<u><u>223.762</u></u>

19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(293.158)	(264.989)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(49.462)	(111.227)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(609)	(603)
Capitalização de custos de empréstimos	3.650	4.144
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(601)	(330)
	<u>(340.180)</u>	<u>(373.005)</u>
Receitas financeiras	(a)	
Juros e variações monetárias sobre mútuos	46.083	43.568
Rendimento sobre aplicação financeira	1.728	2.470
Juros e outras receitas financeiras	163	82
	<u>47.974</u>	<u>46.120</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(292.206)</u></u>	<u><u>(326.885)</u></u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 2.339.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	2016			2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	24.366	-	-	22.691	-	-
Contas a receber de clientes	-	14.811	-	-	1.251	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	13	-	-	14.587	-
Mútuo - partes relacionadas	-	330.973	-	-	331.355	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(1.895.388)	-	-	(1.905.529)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(7.050)	-	-	(6.305)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(160)	-	-	(136)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(82.792)	-	-	(830.177)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(327)	-	-	(322)
	<u>24.366</u>	<u>345.797</u>	<u>(1.985.717)</u>	<u>22.691</u>	<u>347.193</u>	<u>(2.742.469)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Contas a receber de clientes, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Obrigações com o poder concedente** – Considera-se o valor contábil desse financiamento equivalente ao valor justo, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundo de fonte de financiamento específico.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelo seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2016		2015	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	1.907.958	1.972.844	1.907.188	1.931.224

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2016	2015
Aplicações financeiras	24.366	22.691

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicação financeira com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maior de 2019	769.527	(136.332)	(163.169)	(189.996)
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2017	576.464	(23.329)	(28.857)	(34.275)
Debêntures	Aumento do CDI	Maior de 2018	561.967	(82.097)	(102.727)	(123.397)
MenkarII	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		24.003	3.207	4.008	4.808
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :				<u>(238.551)</u>	<u>(290.745)</u>	<u>(342.860)</u>
	CDI ⁽²⁾			13,63%	17,04%	20,45%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de 01 de julho de 2013 a alíquota passou de 3% para 1,5%, conforme deliberado pela ARTESP.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 327 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2015).

No decorrer do exercício de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.720 referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.552 no exercício de 2015).

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Compromissos vinculados à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2016 esses compromissos estavam estimados em R\$ 426.076 (R\$ 400.846 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração dos fluxos de caixa

	<u>2016</u>
Impostos, contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social	75.042
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>75.042</u>
Absorção de Prejuízo	(864.470)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(864.470)</u>
Mútuos com partes relacionadas (Pagamentos)	789.428
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>789.428</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ricardo Antônio Mello Castanheira	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Francisco de Assis Nunes Bulhões	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
José Braz Cioff	Conselheiro
Italo Roppa	Presidente do Conselho

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura

Diretor Presidente
Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3